

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 15, Número 2, Novembro de 2025

TRADUÇÕES

A má compreensão do retrocesso democrático

Thomas Carothers e Brendan Hartnett

A entrega de resultados pela democracia: por que o desempenho democrático importa

Francis Fukuyama, Chris Dann e Beatriz Magaloni

A ascensão do autoritarismo legislativo

Paolo Sosa-Villagarcia, José Incio e Moisés Arce

Exclusão religiosa e as origens da democracia

Şener Aktürk

ARTIGO INÉDITO

Dinheiro e democracia: os desafios do financiamento político-partidário no Brasil

Lara Mesquita e Bruno Bolognesi

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Sorj
Sergio Fausto

COORDENADORA DE PUBLICAÇÕES Beatriz Kipnis

TRADUÇÃO Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA Otávio Dias

REVISÃO DE DIAGRAMAÇÃO Felipe Martins

DIAGRAMAÇÃO Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 14,
Número 2, São Paulo, Novembro de 2025
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia; Política e Governo; Sociedade; Partidos Políticos; Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
fundacaoofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaoofhc.org.br



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

A má compreensão do retrocesso democrático*

Thomas Carothers e Brendan Hartnett

Thomas Carothers é presidente da Cátedra Harvey V. Fineberg e diretor do Programa de Democracia, Conflito e Governança do Carnegie Endowment for International Peace. Seu livro mais recente é Democracy Divided: The Global Challenge of Political Polarization [Democracia dividida: o desafio global da polarização política] (2019, coeditado com Andrew O'Donohue). Brendan Hartnett é pesquisador júnior no Programa de Democracia, Conflito e Governança do Carnegie Endowment for International Peace.

Os casos de retrocesso democrático têm se multiplicado em todo o mundo nos últimos anos, provocando uma busca incansável por explicações causais entre os formuladores de políticas e os provedores de ajuda internacional do Ocidente. Uma das ideias mais comuns que surgiram nessa comunidade de prática é a de que a culpa é das democracias que não cumprem suas obrigações: quando as democracias não proporcionam aos seus cidadãos benefícios socioeconômicos adequados, a ideia é que muitos desses cidadãos perderão a fé na democracia e abraçarão figuras políticas antidemocráticas que, uma vez eleitas, minarão as normas e instituições democráticas. Dessa ideia decorre a conclusão política de que, para impedir o retrocesso democrático, os formuladores de políticas e os provedores de ajuda internacional

* Publicado originalmente como “Misunderstanding Democratic Backsliding”, *Journal of Democracy*, Volume 35, Number 3, July 2024 © 2024 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

devem ajudar as democracias novas ou em dificuldades a melhorar a oferta de bens públicos aos seus cidadãos, como empregos, salários mais altos, segurança alimentar ou acesso à educação.

Em um artigo publicado na *Foreign Affairs* no ano passado, Samantha Power, administradora da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, argumentou que “para [...] balançar o pêndulo da história em direção ao governo democrático, devemos derrubar o muro que separa a defesa da democracia do trabalho de desenvolvimento econômico e demonstrar que as democracias podem ajudar seu povo”.¹

Parece quase indiscutível que os governos de qualquer vertente política que entregam resultados socioeconômicos sólidos para seus cidadãos serão, em média, mais estáveis e duradouros do que aqueles que não o fazem. No entanto, é muito menos claro que a falta de resultados por parte das democracias seja uma das principais causas da onda de erosão democrática que se espalhou por várias regiões do mundo nos últimos vinte anos. Há alguns casos em que isso parece ser, pelo menos, parcialmente verdade.

Na Tunísia, por exemplo, a frustração popular acumulada com o desempenho socioeconômico de todos os governos que comandaram o país após a transição para um governo civil eleito em 2011 claramente influenciou a decisão do Presidente Kais Saied de realizar um autogolpe em 2021, revertendo a experiência democrática do país. No entanto, também há casos em que o argumento da “democracia que não entrega resultados” parece muito menos verdadeiro, se é que existe: a Polônia, por exemplo, tinha um histórico econômico favorável nos anos anteriores ao início de seu retrocesso democrático, em 2015. Claramente, é necessário desenhar um quadro empiricamente bem-informado para investigar as complexidades que se escondem por trás dessa ideia intuitivamente atraente, porém generalizante.

Para desenhar esse quadro, examinamos doze países que sofreram retrocesso democrático nos últimos vinte anos a partir de um ponto de partida de democracia eleitoral ou democracia liberal: Bangladesh, Brasil, El Salvador, Estados Unidos, Filipinas, Hungria, Índia, México, Nicarágua, Polônia, Tunísia e Turquia. Esse grupo, extraído de uma lista de cerca de 25 a 40 países (dependendo das medidas usadas) que geralmente são identificados como tendo sofrido retrocesso democrático no período, inclui alguns dos casos mais proeminentes internacionalmente de retrocesso — Brasil, Estados Unidos, Hungria, Índia e Turquia —, ao mesmo tempo em que é representativamente diverso em várias dimensões, incluindo tamanho da população, nível de riqueza e localização geográfica.²

Os países desse grupo também são diversos em termos de seu nível de democracia antes do início do retrocesso: alguns eram democracias relativamente bem consolidadas, como os Estados Unidos e a Polônia. Outros, muito menos, como Bangladesh, Nicarágua e Turquia. As trajetórias de retrocesso desses países também variam: a erosão democrática foi severa em alguns, como Bangladesh e Hungria, e leve em outros, incluindo os Estados Unidos. Da mesma forma, o retrocesso continua em alguns, por exemplo, El Salvador e Índia, mas parece ter sido revertido (pelo menos por enquanto) em outros, incluindo o Brasil e a Polônia.

Para cada país, analisamos uma série de acontecimentos socioeconômicos e políticos para responder a três perguntas importantes: primeiro, a eleição do líder que acabou se envolvendo em um retrocesso estava claramente ligada a uma falha da democracia? Segundo, esse líder fez campanha com uma plataforma antidemocrática? E, em terceiro lugar, quando o retrocesso ocorreu, os cidadãos aceitaram?

Nossas conclusões levantam muitas dúvidas sobre a utilidade da tese da “democracia que não entrega resultados” como uma explicação causal de amplo alcance da recente onda de retrocesso democrático.

co. Essa tese tem algum poder explicativo em certos casos, mas pouco em outros. Mesmo nos casos em que a tese se aplica, ela envolve uma complexidade empírica considerável e exige uma interpretação diferenciada. Nossos achados reforçam, em nível global, um insight crucial extraído do importante estudo de Larry Bartels sobre as tendências democráticas na Europa: o de que as democracias “erodem de cima para baixo” e não por uma decisão de seus cidadãos.³ Os formuladores de políticas e os provedores de ajuda internacional que buscam conter a erosão democrática em todo o mundo devem direcionar suas energias e fontes de recursos de acordo com essa tendência e priorizar o fortalecimento de instituições e normas que possam restringir a ação dos detentores de poder que atentam contra a democracia.

Realidades do desempenho

Para examinar se o desempenho socioeconômico ruim precede a eleição de líderes que promovem o retrocesso democrático, analisamos três importantes indicadores econômicos— desigualdade, pobreza e crescimento — nos cinco anos anteriores a cada uma das eleições cruciais em questão.⁴ A ideia de que a insatisfação com a crescente desigualdade leva os cidadãos a abraçar políticos iliberais talvez seja a forma mais comum da tese da “democracia que não entrega resultados”. De fato, alguns analistas ocidentais proeminentes, preocupados com o aumento da desigualdade em todo o mundo, apontam-na como uma das principais causas das dificuldades globais da democracia.⁵ No entanto, embora os níveis crescentes de desigualdade interna sem dúvida representem muitos problemas para as democracias (e outros tipos de sistema político), a relação com o retrocesso não é óbvia.

Em oito dos doze casos estudados, a desigualdade estava *em tendência de queda* nos cinco anos anteriores às eleições que levaram ao

poder líderes que acabaram atentando contra a democracia, com uma queda média de quase 7% no coeficiente de Gini do país. Nos quatro países em que isso não ocorreu — Brasil, Estados Unidos, Índia e Tunísia —, a desigualdade ficou praticamente estável no período em questão. Um argumento alternativo para a tese da “democracia que não entrega resultados” pode ser que o que é crucial não é a direção da desigualdade, mas o nível geral. Mas, também nesse caso, a hipótese é insuficiente: na maioria dos casos, a desigualdade nos países que retrocederam não foi maior do que a média quando comparada com seus pares regionais. Com relação às taxas de pobreza, o quadro é semelhante: nos cinco anos anteriores ao início do retrocesso, os níveis de pobreza *diminuíram* em nove dos doze países — de maneira substancial em alguns casos, como na Índia e na Polônia.

E quanto ao crescimento econômico? A eleição de líderes antidemocráticos foi normalmente precedida por taxas de crescimento baixas ou decrescentes? Na maioria dos casos, o crescimento foi relativamente estável por pelo menos cinco anos antes do início do retrocesso. E em alguns casos — Bangladesh, Filipinas, Índia, Polônia e Turquia —, o crescimento não era apenas estável, mas relativamente alto em termos regionais e globais. Nos anos que antecederam o retrocesso, esses países foram amplamente considerados estrelas do desenvolvimento em vez de retardatários.

Três dos casos sofreram uma grande desaceleração econômica antes da eleição decisiva: Brasil, Hungria e Tunísia. No Brasil e na Hungria, a desaceleração começou vários anos antes da eleição. Na Tunísia, a pandemia de Covid-19 levou a uma forte recessão no ano anterior ao autogolpe de Saied, dando um tom ainda mais amargo à insatisfação há muito acumulada entre os tunisianos com o fraco desempenho econômico do país na década seguinte à revolução democrática. Os Estados Unidos, por sua vez, sofreram uma desaceleração econômica em 2016, o ano de sua eleição crítica, mas isso ocorreu

após um crescimento relativamente forte (pelo menos em comparação com seus pares democráticos na Europa) de 2010 a 2015.

Embora a tese da “democracia que não entrega resultados” geralmente se concentre nesses elementos centrais do desempenho socioeconômico, o que dizer de outros elementos do desempenho da governança? Dois deles parecem ter desempenhado um papel importante na definição dos resultados das eleições cruciais em alguns dos doze casos: a corrupção e a criminalidade.

No Brasil, o vasto escândalo de corrupção da Operação Lava Jato, que envolveu o Partido dos Trabalhadores e outros atores políticos brasileiros importantes em meados da década de 2010, foi um dos principais fatores de alienação de muitos cidadãos em relação à elite política tradicional do país e de sua virada para Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.⁶ As percepções de níveis significativos de corrupção também contribuíram para as derrotas dos partidos no poder na Índia em 2014 e no México em 2018.⁷

Com relação à criminalidade, o longo período de níveis extremamente altos de crimes violentos em El Salvador desempenhou um papel central para que os cidadãos desistissem dos dois principais partidos políticos e abraçassem Nayib Bukele nas eleições de 2019 (embora seja importante observar que o país havia, na verdade, registrado uma redução significativa nos homicídios nos três anos anteriores à eleição de Bukele).⁸ Nas Filipinas, Rodrigo Duterte focou sua campanha presidencial bem-sucedida na alegação de que a situação da criminalidade no país estava fora de controle e que ele resolveria o problema.

No entanto, mesmo com essa ampliação da lente, a busca pelo que levou à eleição desses vários líderes exige que se olhe além do desempenho insatisfatório que se encaixa facilmente na tese da “democracia que não entrega resultados”. Na Nicarágua, Daniel Ortega conseguiu

voltar ao poder em 2006, em grande parte, porque os dois principais partidos do outro lado do espectro político disputaram os mesmos votos, fazendo com que os 38% de votos de Ortega fossem suficientes para vencer no primeiro turno.⁹ Na Polônia, uma combinação complexa de fatores — incluindo promessas de campanha astutamente direcionadas de novos auxílios do governo e um desejo um tanto vago de mudança por parte de muitos eleitores — colocou o partido populista Lei e Justiça na linha de frente em 2015.¹⁰

Na Turquia, o fato de Recep Tayyip Erdogan ter impulsionado de forma eficaz certos temas sensíveis de cunho islamista ajudou ele e seu Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) a conquistar o poder em 2002 e a permanecer no poder em 2007.¹¹ E, nos Estados Unidos, não foi principalmente a reação econômica dos americanos da classe trabalhadora que enfrentam dificuldades financeiras e sentem que foram “deixados para trás” que impulsionou a vitória de Donald Trump em 2016, mas sim sua habilidade em explorar animosidades e ansiedades culturais — sobre imigrantes, minorias raciais e China, por exemplo —, bem como outros fatores, como a forte aversão pessoal a Hillary Clinton entre determinados grupos de eleitores nos principais estados decisivos.¹²

Além disso, mesmo quando o desempenho do governo se torna uma questão importante em uma eleição decisiva, as percepções, e não as realidades do desempenho, tendem a ser mais importantes. Como Christopher Achen e Larry Bartels haviam demonstrado, as percepções dos eleitores sobre o desempenho do governo podem estar apenas vagamente ligadas aos fatos objetivos sobre o desempenho do governo. Essa realidade preocupante sobre as eleições e a democracia enfraquece a afirmação de que o sucesso eleitoral de líderes antidemocráticos pode ser atribuído a deficiências específicas de desempenho de seus oponentes no poder.¹³ Reforçando essa realidade, nos últimos anos, os candidatos carismáticos vêm demonstrando uma habilidade

notável em moldar negativamente as percepções dos cidadãos sobre o desempenho do titular, um fenômeno talvez alimentado por ambientes de mídia cada vez mais dinâmicos e manipuláveis.

Nas Filipinas, por exemplo, a ênfase no combate ao crime da campanha de 2016 de Duterte foi uma tática demagógica bem-sucedida para despertar o medo do público.¹⁴ Da mesma forma, a ênfase da campanha de Trump de 2016 nos perigos dos fluxos migratórios para os Estados Unidos amplificou os temores dos eleitores de que seu status na sociedade estava ameaçado e repercutiu especialmente entre os brancos sem formação universitária, que apoiaram Trump de forma esmagadora.¹⁵

Em suma, os resultados das eleições cruciais nos doze casos estudados foram determinados por uma densa mistura de fatores sociais, culturais, políticos e econômicos. Um sentimento de insatisfação por parte dos eleitores estava frequentemente presente, mas suas queixas variavam amplamente em diferentes domínios e, muitas vezes, tinham pouco a ver com o fraco desempenho socioeconômico dos governos. Além disso, os fatores políticos contingentes, como a oposição nicaraguense que dividiu os votos em 2006, e as percepções subjetivas dos eleitores muitas vezes contribuíam significativamente ao lado de fatores mais estruturais. Embora o fracasso da democracia em fornecer benefícios socioeconômicos seja relevante até certo ponto em alguns dos casos, atribuir a isso um papel explicativo central para o retrocesso democrático representa a imposição de uma ideia excessivamente simples em uma realidade altamente complexa.

Adesão a quê?

O outro componente importante da tese da “democracia que não entrega resultados” é a proposição de que, quando os cidadãos se decepcionam com os resultados socioeconômicos da governança demo-

crática, eles conscientemente adotam alternativas antidemocráticas — na verdade, votam contra a democracia por frustração com ela. Aqui, também, o registro dos doze casos em análise não oferece um forte apoio. Em vez disso, reforça outra conclusão crucial de Larry Bartels sobre o surgimento do iliberalismo político na Polônia e na Hungria: quando os poloneses votaram no partido Lei e Justiça em 2015 e a maioria dos eleitores húngaros escolheu o Fidesz e Viktor Orban em 2010, eles estavam votando por mudanças, mas não conscientemente pelo iliberalismo: somente após as eleições é que ficou claro que os vencedores estavam empenhados em remodelar radicalmente o sistema político, resultando em um “illiberalismo de surpresa”.¹⁶

Nas eleições cruciais analisadas aqui, que levaram ao poder líderes que acabaram minando a democracia, os cidadãos estavam votando por mudanças, como os cidadãos das democracias costumam fazer nas eleições. Mas, na maioria das vezes, não estavam votando em figuras políticas que prometiam abertamente uma ação antidemocrática ou a ameaça de anulação da democracia. Na Turquia, por exemplo, Erdogan não fez campanha com uma plataforma de antiliberalismo político ou antidemocracia nem em 2002, quando foi eleito primeiro-ministro, nem em 2007, quando foi reeleito pela primeira vez. Em vez disso, ele e seu partido se posicionaram na interseção entre a centro-direita e o tradicionalismo islâmico, oferecendo uma alternativa democrática aos principais partidos que, há muito tempo, dominavam a política turca.¹⁷ Em seu primeiro mandato como primeiro-ministro, Erdogan deu início a algumas

Em muitos contextos de retrocesso, seria um erro grave dizer que grande parte dos eleitores está concordando feliz e conscientemente com a erosão democrática — muitos estão sendo ameaçados fisicamente, subornados ou manipulados por meios ilegítimos para que concordem.

reformas democráticas, como a eliminação das restrições à radiodifusão e à divulgação de notícias em curdo, recebendo elogios dos governos ocidentais por suas ações pró-democráticas.¹⁸

Em Bangladesh, em 2008, quando a população elegeu a Liga Awami, um partido político que viria a restringir significativamente a democracia no país, não estava fazendo uma escolha propositalmente antidemocrática. O histórico da Liga Awami, tanto dentro quanto fora do poder, não era imaculado — o partido às vezes incentivava a violência entre seus partidários, por exemplo.¹⁹ No entanto, em comparação com seu principal rival, o Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP), a Liga Awami era indiscutivelmente a escolha mais pró-democrática na época, dadas as várias ações antidemocráticas anteriores do BNP, como governar por meio de decretos do Executivo e fraudar algumas eleições suplementares na década de 1990.²⁰

A vitória histórica de Narendra Modi nas eleições de 2014 na Índia foi impulsionada principalmente por seu histórico de sucesso econômico em seu estado natal, Gujarat, e por sua reputação de líder sensato e favorável aos negócios, que promoveria reformas econômicas e combateria a corrupção.²¹ Os muitos tunisianos descontentes que votaram em Kais Saied em 2019 também não estavam optando por uma figura antidemocrática. Saied era um acadêmico de direito constitucional que havia ajudado a redigir a Constituição do país pós-P Primavera Árabe e prometeu reformas pró-democráticas, como o empoderamento dos governos locais e a incorporação de elementos diretos na democracia, incluindo eleições revogatórias (*recall*). Seu oponente no segundo turno, Nabil Karoui, parecia ser o maior risco para a democracia, pois tinha laços estreitos com o ex-ditador do país, Zine al-Abidine Ben Ali (1987-2011).²²

Alguns dos líderes eleitos nos países do estudo de caso que mais tarde promoveram a erosão democrática haviam agido de forma antidemocrática em seus passados políticos. No entanto, suas campanhas não foram

baseadas nesse fato, e suas vitórias também não parecem ter sido. Andrés Manuel López Obrador, do México, por exemplo, recusou-se a admitir sua derrota na eleição presidencial de 2012. Mas, quando concorreu novamente em 2018, ele não baseou sua campanha no ataque às instituições ou a normas da democracia mexicana. Em vez disso, a campanha foi orientada em torno de sua promessa de tornar o México um país mais inclusivo por meio de mudanças econômicas fundamentais em favor dos pobres.²³ Na Polônia, o compromisso do partido Lei e Justiça com a democracia foi indubitavelmente prejudicado nas eleições de 2015 — o líder do partido, Jaroslaw Kaczynski, afinal, elogiou o modelo de governança iliberal de Orban e expressou o desejo de implementá-lo na Polônia. Mas o partido manteve essas posições antidemocráticas fora de vista na campanha de 2015, suavizando sua imagem para atrair os eleitores que estavam simplesmente cansados do “enfadonho” partido no poder.²⁴

Antes de concorrer à presidência de El Salvador em 2019, Nayib Bukele havia se envolvido em algumas ações iliberais como prefeito de San Salvador, por exemplo, ordenando ataques cibernéticos a jornais que o criticavam. No entanto, em sua campanha presidencial de 2019, ele se posicionou como a opção para salvar a democracia salvadorenha — como um reformista entre os dois velhos partidos do país, à direita e à esquerda, que devolveria o poder ao povo por meio de medidas anticrime e anticorrupção.²⁵ Daniel Ortega entrou na eleição de 2006 na Nicarágua com um claro passado antidemocrático, tendo presidido o regime autoritário sandinista de 1979 a 1990. No entanto, nos anos que se seguiram, ele participou do multipartidarismo confuso do país. Para sua candidatura em 2006, Ortega não se posicionou contra o establishment político do país, mas sim como um candidato de “amor, reconciliação e perdão”, que faria mais pelos pobres do país do que seus dois rivais de centro-direita.²⁶

Em apenas três de nossos doze estudos de caso, pode-se dizer que o vencedor da eleição decisiva em questão fez uma campanha que

prometia especificamente ações antidemocráticas sistêmicas, embora não com a intenção declarada de minar todo o sistema democrático: Duterte, nas Filipinas, e Trump, nos Estados Unidos, ambos em 2016, e Bolsonaro, no Brasil, em 2018. Antes de ser eleito presidente, Duterte havia governado a cidade de Davao com mão de ferro, ordenando execuções extrajudiciais de suspeitos de crimes, usuários de drogas e rebeldes comunistas. Em vez de minimizar isso na campanha, Duterte “deu de ombros para as acusações de abusos de direitos humanos, prometendo implementar seu modelo de Davao em todo o país”.²⁷ Ele também ameaçou dissolver, calar ou ignorar o Congresso, os tribunais e os ativistas de direitos humanos que atravessassem seu caminho, e elogiou o ex-ditador Ferdinand Marcos.

Donald Trump, nos comícios da campanha de 2016, recebeu aplausos ao defender que sua principal oponente, Hillary Clinton, fosse “presa”, e disse que respeitaria os resultados da eleição somente se ganhasse. Da mesma forma, Bolsonaro, que rejeitou como “fake news” as acusações de que fosse uma ameaça à democracia brasileira, apesar de ser um conhecido apologista da ditadura militar de 1964-85, disse durante a campanha de 2018 que eliminaria seus oponentes políticos “do mapa”.²⁸ Mesmo nesses casos, no entanto, as ameaças ou promessas antidemocráticas faziam parte de plataformas muito mais amplas que os candidatos defendiam ou se comprometiam a cumprir.

Em suma, a ideia de que os eleitores desses doze países estavam escolhendo propositalmente um caminho antidemocrático ao eleger líderes que acabaram trabalhando contra a democracia uma vez no poder não resiste à análise empírica. Na maioria dos casos, os eleitores estavam abraçando a promessa de mudanças significativas e até mesmo disruptivas, seja em domínios econômicos, sociais ou políticos. Alguns de seus candidatos preferidos representavam um caminho arriscado, democraticamente falando, devido a incidentes ou antecedentes antidemocráticos. Mas, exceto em alguns casos, os eleitores não estavam apoiando

figuras políticas que defendiam o fim da democracia ou questionavam abertamente o valor da democracia em si. A maioria dos eleitores nessas eleições cruciais não estava se voltando contra a democracia. Na verdade, muitos pareciam estar tentando salvar a democracia, por meio de uma mudança acentuada, mas orientada a reformas.

Uma vez que o retrocesso está em curso

É possível argumentar que, mesmo que os eleitores nessas eleições cruciais não estivessem votando conscientemente pelo desmantelamento da democracia, uma vez que esses líderes ganharam o poder e começaram a minar as normas e as instituições democráticas, seus apoiadores abraçaram essas ações? Em outras palavras, se os cidadãos dos países em retrocesso não escolheram a erosão democrática antes do fato, eles se tornam apoiadores complacentes quando essa deterioração entra em curso?

Alguns dos líderes antidemocráticos nos países do estudo de caso obtiveram níveis notavelmente altos de popularidade enquanto estavam no cargo. López Obrador, Bukele, Duterte e Modi se destacam nesse quesito. López Obrador obteve índices de aprovação acima de 60% nos últimos meses de seu único mandato presidencial de seis anos, e sua sucessora escolhida, Claudia Sheinbaum, venceu facilmente as eleições de junho de 2024 no México. Os índices de aprovação de Bukele entre os eleitores salvadorenhos permaneceram altíssimos, às vezes chegando a 90% desde que ele se tornou presidente em 2019, e ele foi reeleito em 2024 com quase 85% dos votos. A popularidade de Duterte também permaneceu alta durante sua presidência, e seu partido venceu as eleições de meio de mandato em 2019, dando-lhe o controle de ambas as casas legislativas. Na Índia, Modi e seu partido ampliaram seu apoio popular durante seus primeiros dez anos no poder.

Esses líderes mantiveram sua popularidade, pelo menos em parte, dando aos seus apoiadores o que eles querem, seja por meio de políticas linha-dura contra o crime em El Salvador e nas Filipinas, políticas econômicas a favor dos pobres no México ou políticas sociais pró-hindus e nacionalismo vigoroso na Índia. Em consonância com as conclusões de Matthew Graham e Milan Svolik sobre os Estados Unidos — de que, em um contexto altamente polarizado, é improvável que os eleitores se voltem contra políticos antidemocráticos quando, em geral, concordam com suas políticas —, muitas pessoas nesses quatro países parecem estar dispostas a ignorar ou a tolerar as ações antidemocráticas de um líder retrógrado.²⁹ Por exemplo, os eleitores filipinos estavam “dispostos a tolerar execuções extrajudiciais, repressão política e a destruição de instituições liberais porque [viam] Duterte como um líder forte. Eles questionaram seus métodos, mas não sua eficácia”.³⁰ Em alguns casos, é provável que os partidários dos líderes antidemocráticos não apenas ignorem o fator democracia, mas também adotem o iliberalismo de seu líder — seja na forma de discriminação sistemática contra determinados grupos ou de ataques aos tribunais — porque o consideram justificado, às vezes como vingança por supostos erros do passado.

No entanto, é importante ter cautela ao atribuir a popularidade de alguns líderes retrógrados à satisfação genuína dos eleitores com base nas promessas cumpridas. A maioria desses líderes manipula a opinião pública de várias formas ilegítimas. Os líderes de Bangladesh, Nicarágua e Turquia, por exemplo, reprimiram duramente aqueles que discordam ou criticam o partido no poder. Os líderes de quase todos os doze países em retrocesso empregam um amplo controle sobre a mídia para moldar o espaço informacional a seu favor. Na campanha eleitoral de 2022 na Hungria, por exemplo, o principal candidato da oposição ao cargo de primeiro-ministro teve apenas alguns minutos na televisão dominada pelo Estado para apresentar seu programa aos

eleitores, em contraste com meses de ampla cobertura adulatória do primeiro-ministro Orban e de seu partido.³¹ Da mesma forma, antes das eleições de 2023 na Turquia, o canal estatal TRT deu à campanha de Erdogan 32 horas de cobertura, em comparação com apenas 32 minutos de cobertura para seu principal adversário.³²

Os líderes antidemocráticos também usam frequentemente os recursos do Estado para financiar as campanhas políticas de seus próprios partidos e para cooptar empresas e outros grupos importantes, ao mesmo tempo em que perseguem os opositores com retaliações regulatórias, inspeções fiscais e outras medidas punitivas. Durante a primeira década de Ortega no poder, ele manteve simultaneamente o apoio dos pobres por meio do clientelismo e da comunidade empresarial nicaraguense em troca de contratos lucrativos.³³ Em muitos contextos de retrocesso, seria um erro grave dizer que grande parte dos eleitores está concordando feliz e conscientemente com a erosão democrática — muitos estão sendo ameaçados fisicamente, subornados ou manipulados por meios ilegítimos para que concordem.

No Brasil, nos Estados Unidos e na Polônia, os líderes antidemocráticos perderam popularidade suficiente e enfrentaram instituições compensatórias fortes o bastante para que acabassem perdendo o poder em tentativas fracassadas de reeleição. Sua perda de popularidade teve uma mistura de causas. No caso de Trump, por exemplo, o primeiro ano da pandemia de Covid atingiu duramente sua presidência, tanto os efeitos econômicos negativos quanto as fraquezas expostas em seu estilo de governança. Embora as ações antidemocráticas de Trump, Bolsonaro e do partido Lei e Justiça pareçam ter desempenhado algum papel no enfraquecimento de seu apoio popular, essa não é uma história simples.

Em todos os três casos, parece que as ações antidemocráticas dos líderes não incomodaram muito os principais apoiadores, de acordo com a conclusão de Graham e Svulik mencionada acima. Pesquisas

de opinião antes da eleição presidencial de 2020 nos EUA mostraram que, mesmo antes do pleito, havia um forte desejo entre os partidários de Trump de que o presidente em exercício lutasse contra uma derrota eleitoral. A principal justificativa fornecida por aqueles que apoiaram o esforço de Trump para minar os resultados não foi a preocupação com a integridade da eleição, mas simplesmente o fato de apoiarem Trump e não gostarem de Biden.³⁴ Esses apoiadores não consideravam suas ações antidemocráticas tão prejudiciais ou estavam dispostos a aceitá-las em troca de outros ganhos políticos.

Ao mesmo tempo, os dados das pesquisas eleitorais indicam que as ações antidemocráticas de Trump, Bolsonaro e do partido Lei e Justiça os prejudicaram na franja de seus círculos de apoiadores — entre os eleitores que decidiram inicialmente experimentar, mas que não estavam necessariamente firmemente comprometidos. Além disso, suas transgressões democráticas ajudaram a mobilizar seus opositores e a levá-los às urnas em número ainda maior. Os ataques do partido Lei e Justiça à democracia polonesa, por exemplo, custaram-lhe o apoio de seus apoiadores anteriores e provocaram protestos em larga escala contra o governo no período que antecedeu as eleições de 2023 na Polônia, o que gerou uma alternância de poder.³⁵

Priorizando restrições

A ideia de que o fracasso das democracias em entregar resultados é a principal causa da recente onda de retrocesso democrático é intuitivamente atraente. Muitas democracias estão lutando para proporcionar uma vida segura e próspera aos seus cidadãos, e muitas estão lutando para manter normas e instituições democráticas sólidas. No entanto, as evidências de um vínculo causal entre esses dois fenômenos em doze casos contemporâneos proeminentes de retrocesso democrático são, na melhor das hipóteses, contraditórias. Na maioria dos casos, a

desigualdade e a pobreza estavam diminuindo nos cinco anos anteriores à eleição que levou um líder antidemocrático ao poder, enquanto o crescimento econômico era em grande parte estável ou até mesmo alto. As fortes desacelerações econômicas prejudicaram seriamente a popularidade dos titulares de governos democráticos em três dos casos (Brasil, Hungria e Tunísia), e a insatisfação dos cidadãos em relação aos altos níveis de criminalidade e de corrupção foi um fator fundamental para levar um líder antidemocrático ao poder, pelo menos no Brasil e em El Salvador.

No entanto, de modo geral, foi uma ampla gama de fatores, e não apenas as queixas econômicas e de governança, que levaram os eleitores desses países a elegerem líderes que acabaram corroendo a democracia. Esses fatores incluem ansiedades socioculturais mais amplas, as impressionantes habilidades eleitorais e de retórica de alguns dos líderes em questão, aspectos específicos das leis eleitorais, a nova fluidez e corruptibilidade dos ambientes de mídia em muitas democracias, e o apelo frequente aos eleitores, em quase todos os lugares, da mudança como um fim em si mesmo.

Além disso, a maioria dos vencedores dessas eleições cruciais não fez campanha com promessas de desmantelamento da democracia. Alguns tinham o iliberalismo em seu passado político, incluindo Daniel Ortega e Narendra Modi. Mas mesmo aqueles para os quais isso era verdade concentraram suas estratégias eleitorais em outras questões, como políticas econômicas em favor dos pobres, no caso de Ortega, ou reforma econômica e dinamismo, no caso de Modi. Alguns pareciam ser a escolha mais

O retrocesso tem menos a ver com uma falha da democracia em entregar resultados, mas sim com uma falha da democracia em restringir, ou seja, em conter as ambições e os métodos políticos predatórios de determinados líderes eleitos.

democrática em comparação com seus principais adversários, como em Bangladesh em 2008 e na Tunísia em 2019. O iliberalismo que surgiu nos doze países do estudo de caso foi, portanto, mais um iliberalismo após o fato do que um iliberalismo por promessa. Não se pode dizer que a maioria dos eleitores desses países tenha se afastado conscientemente da democracia ao fazer as escolhas que fizeram nas urnas.

O que isso sugere é que é um erro apontar o fraco desempenho socioeconômico dos governos democráticos e a insatisfação dos cidadãos em relação a esse desempenho como os principais impulsores do retrocesso democrático. O ônus do retrocesso recai sobre os líderes que conquistam o poder por uma ampla gama de razões, inclusive, em muitos casos, prometendo renovar a democracia, mas que, uma vez no poder, acumulam incansavelmente um poder irrestrito, anulando as instituições compensatórias e minando as normas e os procedimentos democráticos fundamentais. Nesses casos, o retrocesso tem menos a ver com uma falha da democracia em entregar resultados, mas sim com uma falha da democracia em restringir, ou seja, em conter as ambições e os métodos políticos predatórios de determinados líderes eleitos.

Essa conclusão não isenta os governos democráticos que estão deixando o poder, nesses e em outros casos, de suas muitas deficiências em termos de como governaram e o que entregaram aos cidadãos, o que, sem dúvida, causou ou agravou inúmeras dificuldades e injustiças. Na verdade, essas deficiências contribuíram para o ressurgimento, nos últimos anos, do antigo debate — que remonta à década de 1960 e antes — sobre se as autocracias são mais capazes do que as democracias de proporcionar benefícios econômicos. Mas nossas conclusões apontam como principais culpados pelo retrocesso democrático os políticos e partidos políticos que agiram de forma antidemocrática e a fragilidade das proteções institucionais da democracia nesses países.

Essa conclusão analítica aponta para uma conclusão política abrangente. A comunidade de organizações públicas e privadas que trabalham internacionalmente para desacelerar ou reverter a maré de retrocesso democrático deve enfatizar o reforço da independência e da força das instituições que servem de proteção contra invasões anti-democráticas por parte de figuras políticas determinadas a passar por cima de instituições compensatórias e obter poder sem controle. No que diz respeito às instituições públicas, isso pode incluir tribunais, órgãos anticorrupção, órgãos de gestão eleitoral e as partes do governo local que preservaram alguma autonomia do controle político nacional. Também pode incluir o trabalho com os parlamentos nacionais, se isso puder ser feito de forma a aumentar o papel do Poder Legislativo como um controle do Poder Executivo. Do lado não governamental, isso geralmente significa apoio à mídia independente e a grupos civis independentes que buscam responsabilizar os governantes, seja protegendo os direitos políticos e civis, aumentando a *accountability* do governo ou combatendo a desinformação política.

Concentrar-se em fortalecer as restrições não é o mesmo que uma estratégia generalizada de apoio político institucional — ela precisa ser cuidadosamente adaptada para reforçar as proteções democráticas e evitar iniciativas de governança brandas que possam, inadvertidamente, ajudar a fortalecer uma estrutura de poder político excessivamente autoconfiante. O ideal é que essa estratégia inclua uma combinação de elementos bem coordenados de políticas de ajuda, intervenções diplomáticas e incentivos econômicos. Nenhum dos vários elementos constituintes dessa estratégia é novo para os defensores da democracia, mas eles devem ser unidos com mais intenção em esforços integrados para reforçar as restrições pró-democráticas ao poder.

Priorizar essa abordagem não significa que os apoiadores internacionais da democracia devam renunciar aos esforços em curso ou em potencial para ajudar governos democráticos novos ou em dificulda-

des a obter melhores resultados socioeconômicos para seus cidadãos. Esses esforços são válidos por si só, pois contribuem para uma vida melhor para as pessoas em todo o mundo democrático. E, em alguns casos, eles podem, com o tempo, ajudar a aliviar as pressões sociopolíticas que poderiam incentivar os cidadãos a se arriscarem com alternativas disruptivas e potencialmente antidemocráticas. Mas esses esforços devem ser vistos como um complemento, e não como um substituto, de uma estratégia primária de fortalecimento das fontes e estruturas internas de controle pró-democrático e de desincentivo aos líderes politicamente predatórios para que não aprofundem suas aventuras antidemocráticas.

Notas

1. Samantha Power, “How Democracy Can Win: The Right Way to Counter Autocracy”, *Foreign Affairs*, 16 fevereiro 2023, <https://www.foreignaffairs.com/united-states/samantha-power-how-democracy-can-win-counter-autocracy>.
2. Thomas Carothers e Benjamin Press, “Understanding and Responding to Global Democratic Backsliding”, Carnegie Endowment for International Peace, 20 outubro 2022, <https://carnegieendowment.org/2022/10/20/understanding-and-responding-to-global-democratic-backsliding-pub-88173>.
3. Larry M. Bartels, *Democracy Erodes from the Top: Leaders, Citizens, and the Challenge of Populism* (Princeton: Princeton University Press, 2023).
4. Banco Mundial, “World Development Indicators”, última atualização em 19 dezembro 2023, <https://databank.worldbank.org>.
5. Veja, por exemplo, Joseph E. Stiglitz, “Inequality and Democracy”, *Project Syndicate*, 31 agosto 2023, <https://www.project-syndicate.org/commentary/inequality-source-of-lost-confidence-in-liberal-democracy-by-joseph-e-stiglitz-2023-08>.
6. Wendy Hunter e Timothy J. Power, “Bolsonaro and Brazil’s Illiberal Backlash”, *Journal of Democracy* 30 (janeiro 2019): 68-82.
7. Eswaran Sridharan, “India’s Watershed Vote: Behind Modi’s Victory”, *Journal of Democracy* 25 (outubro 2014): 20-33; e Mariano Sanchez-Talanquer e Kenneth F. Greene, “Is Mexico Falling into the Authoritarian Trap?” *Journal of Democracy* 32 (outubro 2021): 56-71.
8. “A Charismatic Populist Aims for El Salvador’s Presidency”, *Economist*, 2 fevereiro 2019, <https://www.economist.com/the-americas/2019/02/02/a-charismatic-populist-aims-for-el-salvadors-presidency>.
9. Kai M. Thaler, “Nicaragua: A Return to Caudillismo”, *Journal of Democracy* 28 (abril 2017): 157-69.
10. Joanna Fomina e Jacek Kucharczyk, “The Specter Haunting Europe: Populism and Protest in Poland”, *Journal of Democracy* 27 (outubro 2016): 58-68.

11. Sultan Tepe, “Turkey’s AKP: A Model ‘Muslim-Democratic’ Party?” *Journal of Democracy* 16 (julho 2005): 69-82; e Banu Eligür, “The Changing Face of Turkish Politics: Turkey’s July 2007 Parliamentary Elections”, *Middle East Brief* 22 (novembro 2007): 1-7.
12. Diana C. Mutz, “Status Threat, Not Economic Hardship, Explains the 2016 Presidential Vote”, *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115 (maio 2018): E4330-E4339.
13. Christopher H. Achen e Larry M. Bartels, *Democracy for Realists: Why Elections Do Not Produce Responsive Government* (Princeton: Princeton University Press, 2016).
14. Marco Garrido, “The Ground for the Illiberal Turn in the Philippines”, *Democratization* 29 (junho 2022): 674.
15. Brian F. Schaffner, Matthew Macwilliams, Tatishe Nteta, “Understanding White Polarization in the 2016 Vote for President: The Sobering Role of Racism and Sexism”, *Political Science Quarterly* 133 (primavera 2018): 9-34.
16. Bartels, *Democracy Erodes from the Top*.
17. Tepe, “Turkey’s AKP: A Model ‘Muslim-Democratic’ Party?”
18. Veja, por exemplo, Barack Obama, “Remarks By President Obama to the Turkish Parliament”, The White House, 6 abril 2009, <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/remarks-president-obama-turkish-parliament>.
19. Ali Riaz, “The Pathway of Democratic Backsliding in Bangladesh”, *Democratization* 28 (janeiro 2021): 179-97.
20. Jalal Alamgir, “Bangladesh’s Fresh Start”, *Journal of Democracy* 20 (julho 2009): 41-55.
21. Rajiv Kumar, “India’s Watershed Vote: What It Means for the Economy”, *Journal of Democracy* 25 (outubro 2014): 46-55.
22. Nate Grubman, “Coups in Tunisia: Transition Arrested”, *Journal of Democracy* 33 (janeiro 2022): 12-26.

23. Vanda Felbab-Brown, “Andrés Manuel López Obrador and a New Era of Politics in Mexico”, *Brookings*, 3 julho 2018, <https://www.brookings.edu/articles/andres-manuel-lopez-obrador-and-a-new-era-of-politics-in-mexico/>.
24. Fomina e Kucharczyk, “The Specter Haunting Europe: Populism and Protest in Poland”.
25. Manuel Melendez-Sanchez, “Latin America Erupts: Millennial Authoritarianism in El Salvador”, *Journal of Democracy* 32 (julho 2021): 19-32.
26. Salvador Martí i Puig, “The Adaptation of the FSLN: Daniel Ortega’s Leadership and Democracy in Nicaragua”, trans. Claire Wright, *Latin American Politics and Society* 52 (inverno 2010): 79-106.
27. Julio C. Teehankee e Mark R. Thompson, “The Vote in the Philippines: Electing a Strongman”, *Journal of Democracy* 27 (outubro 2016): 126.
28. Philip Reeves, “With Memories of Dictatorship, Some Brazilians Fear a Hard Right Turn”, NPR, 26 outubro 2018, <https://www.npr.org/2018/10/26/660984573/with-memories-of-dictatorship-some-brazilians-fear-a-hard-right-turn>.
29. Matthew H. Graham e Milan W. Svobik, “Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States”, *American Political Science Review* 114 (maio 2020): 392-409.
30. Garrido, “The Ground for the Illiberal Turn in the Philippines”, p. 684.
31. Kim Lane Scheppelle, “How Viktor Orbán Wins”, *Journal of Democracy* 33 (julho 2022): 45-61.
32. Berk Esen e Sebnem Gumuscu, “How Erdogan’s Populism Won Again”, *Journal of Democracy* 34 (julho 2023): 21-32.
33. Ana Gabriela Rojas, “Por qué se rompió el idilio de Daniel Ortega con la Iglesia católica y los empresarios de Nicaragua, sus principales apoyos en la última década”, *BBC News Mundo*, 25 abril 2018, <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43875066>.

34. Brendan Hartnett e Alexandra Haver, “Unconditional Support for Trump’s Resistance Prior to Election Day”, *PS: Political Science and Politics* 55 (outubro 2022): 661-67.

35. Fomina e Kucharczyk, “The Specter Haunting Europe: Populism and Protest in Poland”.

Criada em 2007 pela Fundação Fernando Henrique Cardoso e pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, a Plataforma Democrática objetiva fortalecer a cultura e as instituições democráticas no Brasil e na América Latina. Desenvolvemos pesquisas, publicações e seminários sobre as transformações da sociedade e da política na região e no sistema internacional, com foco nos desafios à convivência e à governança democrática. Estimulamos o diálogo entre produtores de conhecimento e diferentes atores sociais e políticos, de modo apartidário. Promovemos o aprendizado democrático da cidadania, fomentando uma cultura cívica que valoriza a argumentação e o pluralismo de pontos de vista.

Conheça nossas publicações mais recentes:

Conexão América Latina

Ensaio sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência.

Ano 4, Volume 2: [América Latina, o Não Alinhamento Ativo e a disputa entre os Estados Unidos e a China, por Jorge Heine](#)

Ano 4, Volume 1: [O cenário do crime organizado e dos mercados ilícitos no bioma amazônico, por Leandro Piquet Carneiro e Adriano Bastos Rosas](#)

Ano 3, Volume 2: [Um “modelo Bukele” para a América Latina?, por Lucía Dammert](#)
[Conheça todas as edições](#)

Journal of Democracy em Português

Revista semestral sobre os desafios contemporâneos da democracia no mundo, com traduções e artigos originais sobre o Brasil.

[Veja todas as edições publicadas](#)

Coleção O estado da democracia

Livros sobre os desafios da democracia no Brasil e no mundo.

[O Novo Governo dos Indivíduos](#)

[Nacionalismo e Democracia na Europa e no Brasil](#)

[Desafios do Sistema Político Brasileiro](#)

[Identities e Crise das Democracias](#)

Coleção Corações e Mentes

Projeto de educação cidadã orientada por valores humanistas e democráticos, com textos de acesso gratuito para uso escolar com o objetivo de fortalecer os valores e o exercício da democracia.

Volume 1: [Pensando de forma autônoma fora e dentro da internet](#)

Volume 2: [Ensino Religioso e Valores Democráticos](#)

Volume 3: [Nacionalismo e Democracia](#)